



HISTÓRIA DAS RAINHAS AFRICANAS COMO CONTEÚDO INTERDISCIPLINAR E TRANSVERSAL PARA EFETIVAÇÃO DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5 DA BNCC

WELLINGTON SANTOS DE ALMEIDA

RESUMO

A presente pesquisa é resultado do relato de caso cuja metodologia foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica e documental e inspirada em um trabalho que foi proposto na Licenciatura em História que estou cursando na UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco – na disciplina de História e Cultura Africana, em que foram apresentadas as rainhas africanas no livro “Poderosas Rainhas Africanas”, de Mariana Bracks Fonseca. Sendo assim, o objetivo principal foi analisar se tais histórias são adequadas para se atender a competência específica 5 da BNCC. O problema de pesquisa que se apresenta, pois, é a seguinte indagação: a história das Rainhas da África pode ser apresentada em aula como conteúdo interdisciplinar e transversal e fomentador do respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos? A hipótese levantada foi que sim! Com isso, verificou-se que após análise da BNCC e entendimento dos estudiosos no assunto que tal prática apresenta-se como plenamente adequada ao atingimento da efetividade da competência específica 5 da BNCC.

Palavras-chave: História; África; BNCC; Racismo; Direitos Humanos.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento pleno dos estudantes voltado ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos é diretriz fundada na nossa Carta Magna, no Plano Nacional de Educação de 2014 e na BNCC (Brasil, 2017, p. 5), bem como competência geral da educação básica que visa promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais (Brasil, 2017, p. 10). “Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (Brasil, 2017, p. 14).

A BNCC na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois, traz proposta que tem por fundamento a “[...] compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos” (Brasil, 2017, p. 547). Dessa forma, a contextualização dos objetos do conhecimento descritos na BNCC deve ser trabalhada em sala de aula, posto que conferem aos currículos mais significado na aprendizagem e melhor preparação dos estudantes para a vida adulta (Brasil, 2017, p. 18).

Destarte, “[...] as competências e habilidades propostas permitem ampliar e aprofundar os conhecimentos já sistematizados, compreendendo-os em circunstâncias” (Brasil, 2017, p. 550). A BNCC, no que se refere às Ciências humanas e sociais aplicadas no ensino médio, destarte, informa em sua COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 5 que é objetivo no ensino:

Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

O exercício de reflexão, que preside a construção do pensamento filosófico, permite aos jovens compreender os fundamentos da ética em diferentes culturas, estimulando o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Para a realização desse exercício, é fundamental abordar circunstâncias da vida cotidiana que permitam desnaturalizar condutas, relativizar costumes, perceber a desigualdade e o preconceito presente em atitudes, gestos e silenciamentos, avaliando as ambiguidades e contradições presentes em políticas públicas tanto de âmbito nacional como internacional (Brasil, 2017, p. 564).

Em complemento, a BNCC ainda informa as habilidades EM13CHS501 e EM13CHS502 como forma de combater o preconceito e discriminações enaltecendo a busca pela formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a autonomia e o poder de decisão, bem como o fomento da desnaturalização e problematização de formas de desigualdade e preconceito no desiderato de promover os Direitos Humanos (Brasil, 2017, p. 564).

Depreende-se, pois, que o professor da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em especial de História, deve ter uma preocupação a mais além da mera transmissão do conhecimento. Não havendo incorporação formal da temática supracitada nos currículos e propostas pedagógicas, ao professor mostra-se dever buscar formas transversais e integradoras de promoção dos Direitos Humanos – conforme inciso I do art. 7º da Resolução nº. 1 de 30 de maio de 2012 (Brasil, 2012) – com tratamento interdisciplinar no combate a desigualdade, preconceitos e discriminações.

É o que a BNCC recomenda:

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (Brasil, 2017, p. 19).

Tal medida tem por “objetivo central a formação para a vida e para a convivência” (Brasil, 2012) do jovem discente que um dia exercerá a cidadania plenamente de forma digna e respeitando a dignidade humana dos demais cidadãos. Na omissão dos currículos e propostas pedagógicas de se adotar transversalmente o combate às discriminações e preconceitos em face dos negros, por estar o Direito Social à Educação inserido no núcleo de intangibilidade dos Direitos Fundamentais segundo jurisprudência do STF – Supremo Tribunal Federal – ainda mais pela regulamentação observada na Resolução nº. 1 de 30 de maio de 2012, outra postura não há por parte do professor que não a de trazer à sala de aula tais temáticas.

Sendo assim, o objetivo principal do presente trabalho foi analisar se as histórias das Rainhas da África, ainda que não contempladas nos planos pedagógicos e diretrizes curriculares, são adequadas para se atender a competência específica 5 da BNCC. Sob tal contexto, indaga-se: a história das Rainhas da África pode ser apresentada em aula como conteúdo interdisciplinar e transversal como fomentador do respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos? É, pois, proposta do presente trabalho mostrar como a história das rainhas africanas pode ser ferramenta extremamente útil nesse desiderato ético e moral do professor de fomentar o combate contra a discriminação, racismo e preconceito contra o negro.

É o que se tenta demonstrar nas seguintes seções.

2 RELATO DE CASO/EXPERIÊNCIA

Neste sentido, observando um trabalho que foi proposto na Licenciatura em História que estou cursando na UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco – na disciplina de História e Cultura Africana, em que foram apresentadas as rainhas africanas no livro

“Poderosas Rainhas Africanas”, de Mariana Bracks Fonseca, pude observar o quão rico é referida temática se utilizada como conteúdo transversal ou interdisciplinar no Ensino Médio.

Em face do presente trabalho ser um resumo expandido iremos apresentar a história de apenas uma rainha africana: Makeda. Na verdade, escolhi essa rainha para apresentar o trabalho na disciplina História e Cultura Africana que cursei. Sem qualquer motivo específico, apenas por achar a pronúncia de seu nome melhor de se falar. No entanto, me surpreendi na pesquisa ao descobrir todo o desenrolar da história e sua influência que perdurou até a contemporaneidade.

Referida história, que é milenar, se deu na região sul da península Arábica e o leste da África que conecta as duas margens do Mar Vermelho pelo Golfo de Ádem. Nesta localidade, por volta de 950 a.C. existia um reino – no que hoje é a atual Etiópia, ou atual Iêmen, podendo até mesmo ter sido em ambos – o reino de Sabá. Tal reino era um centro comercial importante para as rotas de incenso e, por isso, cobiçado. A magnitude do poder e influência do reino de Sabá permaneceu crescente até o ano de 275 d.C. quando então os himiaritas os conquistaram. Sabe-se, considerando-se as fontes disponíveis, que o reino de Sabá foi um dos mais ricos da Península Arábica.

A existência do reino de Sabá, no entanto, é motivo de muitos questionamentos entre os historiadores. Finkelstein e Neil Asher Silberman (*apud* Wikipedia, 2019) informam que "o reino sabeu começou a florescer somente a partir do século VIII a.C." e que a história de Salomão e Sabá é 'uma peça anacrônica do século VII para legitimar a participação de Judá no lucrativo comércio da Arábia'. Já o museu britânico afirma que não há evidências arqueológicas para tal rainha, mas o reino descrito como dela existiu e era Sabá – o mais antigo e mais importante dos reinos da Arábia do Sul (Wikipedia, 2019).

No entanto, podemos citar várias evidências que vão além dos textos bíblicos, tais como os a seguir expostos:

Figura 01: representação da rainha de Sabá datada do século XV.



Iluminação da rainha de Sabá, num manuscrito alemão do século XV.

Figura 02: *print* de notícia no G1.



Encontram-se menções em escrituras religiosas como o Torá Judáico – livro sagrado dos Judeus; Bíblia Cristã – em 1 Reis 10:1-13; no Alcorão Mulçumano [23 Encontrei uma mulher, que me governa - o povo -, provida de tudo, e possuindo um magnífico trono. (SURATA 27 " AN NAML" - As Formigas)]; bem como no livro sagrado da Etiópia – *Kebra Negast* – Glória dos Reis [Descreve a história lendária da origem da dinastia salomônica dos reis da Etiópia, reconhecido por membros da Igreja Ortodoxa Etíope e pelo movimento Rastafari como uma escritura de inspiração divina. (A Saga..., 2019)].

De certo, a história narrada nos textos religiosos coincide e a partir de várias outras fontes históricas sabe-se que Makeda foi coroada aos 15 anos de idade, após a morte dos pais, o que foi muito festejado pelos súditos. O que mostra que não haviam grandes diferenças entre homens e mulheres, pelo menos na estrutura hierárquica de comando dos reinos. A única coisa que fazia a diferença entre homens e mulheres em seus direitos era a determinação religiosa de a rainha manter-se virgem. Em face desse dever divino, Makeda jamais poderia se render aos prazeres carnavais e, por esse motivo ela dedicou-se ao estudo da filosofia e do misticismo.

Reinou majestosamente construindo grandes obras públicas, como represas, e comandava uma ampla rede comercial que envolvia a Índia e a Ásia trazendo especiarias para toda a África (Fonseca, 2021, p. 23). O livro sagrado etíope *Kebra Negast* define Makeda como uma mulher linda com inteligência e compreensão acima do normal. O que a fez realizar uma viagem até Jerusalém para conhecer o rei de Israel – Salomão.

A bíblia cristã também detalha tal passagem da rainha Makeda em 1 Reis 10:1-13:

¹ E ouvindo a rainha de Sabá a fama de Salomão, acerca do nome do SENHOR, veio prová-lo com questões difíceis.

² E chegou a Jerusalém com uma grande comitiva; com camelos carregados de especiarias, e muitíssimo ouro, e pedras preciosas; e foi a Salomão, e disse-lhe tudo quanto tinha no seu coração.

³ E Salomão lhe deu resposta a todas as suas perguntas, nada houve que não lhe pudesse esclarecer.

⁴ Vendo, pois, a rainha de Sabá toda a sabedoria de Salomão, e a casa que edificara,

⁵ E a comida da sua mesa, e o assentar de seus servos, e o estar de seus criados, e as vestes deles, e os seus copeiros, e os holocaustos que ele oferecia na casa do Senhor, ficou fora de si.

⁶ E disse ao rei: Era verdade a palavra que ouvi na minha terra, dos teus feitos e da tua sabedoria.

⁷ E eu não cria naquelas palavras, até que vim e os meus olhos o viram; eis que não

me disseram metade; sobrepujaste em sabedoria e bens a fama que ouvi.

⁸ Bem-aventurados os teus homens, bem-aventurados estes teus servos, que estão sempre diante de ti, que ouvem a tua sabedoria!

⁹ Bendito seja o Senhor teu Deus, que teve agrado em ti, para te pôr no trono de Israel; porque o Senhor ama a Israel para sempre, por isso te estabeleceu rei, para fazeres juízo e justiça.

¹⁰ E deu ao rei cento e vinte talentos de ouro, e muitíssimas especiarias, e pedras preciosas; nunca veio especiaria em tanta abundância, como a que a rainha de Sabá deu ao rei Salomão.

¹¹ Também as naus de Hirão, que de Ofir levavam ouro, traziam de Ofir muita madeira de almugue, e pedras preciosas.

¹² E desta madeira de almugue fez o rei balaústres para a casa do Senhor, e para a casa do rei, como também harpas e alaúdes para os cantores; nunca veio tal madeira de almugue, nem se viu até o dia de hoje.

¹³ E o rei Salomão deu à rainha de Sabá tudo o que ela desejou, tudo quanto pediu, além do que dera por sua generosidade; então voltou e partiu para a sua terra, ela e os seus servos.

O mais extraordinário é que referida história influencia e repercute até hoje na vida de alguns etíopes. “[...] em 1973, [...] o rabino sefaradim Ovadia Yossef admitiu que os beta Israel são descendentes da tribo perdida de Dan” (A Saga..., 2019). Assim, a comunidade judaica etíope acredita ser descendente de uma das 10 tribos perdidas, que desapareceram após a invasão do Reino de Israel no século 8 a.C. Também, acreditavam que os judeus da Etiópia eram descendentes do Rei Salomão e da Rainha de Sabá.

A partir de 1984, referida comunidade iniciou um movimento de retorno à terra prometida. Um processo chamado de *Aliyah*, que é a imigração judaica para a Terra de Israel. Milhares percorreram cerca de 2,5 mil quilômetros. Era preciso atravessar o Sudão, a pé ou por transporte terrestre. Esforço exaustivo e arriscado, muitos não resistiram e morreram no caminho.

No entanto, houve mobilização para apoio a acolhimento dos betas Israel sendo realizada a Operação Moises para tanto. O esforço teve êxito parcial, ao priorizar o deslocamento por via terrestre, e em maio de 1991, as forças de segurança de Israel executaram uma segunda ação. Foi a Operação Salomão. Esta utilizou-se de frota exclusiva e maciça de aviões para o transporte de 14.324 etíopes no curtíssimo prazo de 36 horas. A Operação Salomão foi a maior da história, sem paralelo em abrangência e rapidez.

Hoje são 135 mil cidadãos betas Israel vivendo em várias regiões, integrados e atuando em várias áreas da sociedade e recebendo o status de cidadãos plenos, além de apoio financeiro e social para se estabelecerem no país.

Entretanto, devido a algumas ocorrências no episódio relatado, muitos suspeitam que os beta Israel sofreram discriminação em Israel:

Uma indagação, certamente, diz respeito a se os beta Israel sofrem ou não racismo no país. Há episódios como o caso de doações de sangue de etíopes que foram secretamente rejeitadas por um laboratório, o que gerou um escândalo nacional até com passeatas. Isso levou o então premiê Shimon Perez a pedir perdão em público e abrir uma investigação oficial para apurar o caso (A Saga..., 2019).

Esta foi uma disciplina do curso de Licenciatura em História que aprendi muito.

3 DISCUSSÃO

Estas, pois, são narrativas riquíssimas para trabalharmos a questão do “[...] reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da nação brasileira, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade justa e democrática” (Brasil, 2004, p. 2). Dessa forma, passei a entender plenamente que a postura do

professor antirracista é condição necessária para compreender a essencialidade de uma política curricular fundada em “[...] dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e que busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros (Brasil, 2004, p. 2).

Com a Lei n. 10.639/2003, alterada posteriormente para a Lei n. 11.645/2008 – ambas alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) –, o Brasil passou a adotar uma pauta da educação antirracista com o objetivo de corrigir injustiças sociais e promover a igualdade racial, a igualdade social e a cidadania para todos.

Tornou-se, pois, explícito a política fomentadora do combate às desigualdades raciais apoiada com a promoção de ações pedagógicas antirracistas que possuem o desiderato de gerar o sentimento de pertencimento à Sociedade nos negros e indígenas. Porém, vale salientar que, além de fazer o negro e o indígena se integrara a Sociedade, a Dr^a Lavini Beatriz Vieira de Castro, em curso “Estratégias para uma Educação Antirracista” (2024), ministrada na instituição Nova Escola, enfatiza que “[...] essa prática não deve ser apresentada apenas no contexto em que existam representados grupos sociais negros ou indígenas na escola”. Deve-se, pois, também ter por objetivo conscientizar o aluno branco dos males que o racismo pode proporcionar ao colega.

Dessa forma, a adoção de textos que contem a história das rainhas africanas é perfeitamente adotável de forma transversal, conforme Lima e Lima (2023, p. 3) refletem:

No que diz respeito a esse apagamento do espaço da literatura na formação escolar, ele pode ser ratificado na Base Nacional Comum Curricular – BNCC que, embora apareça como um campo de atuação na área de linguagens e suas tecnologias, é discutida em apenas quatro das quase seiscentas páginas do documento. No entanto, apesar de não ser tratada como um componente curricular específico e de estar centralizada no ensino de Língua Portuguesa, a literatura na BNCC se dá de maneira transversal, sendo considerada relevante e **importante para o desenvolvimento de todas as áreas de conhecimento** e formação do ser para além dos muros da escola, potencializando o valor humanizador, transformador e mobilizador da literatura (Grifo Nosso).

O uso de literaturas não contempladas nas bases curriculares formalmente adotadas, portanto, desde que sejam afins aos objetivos da adoção de uma educação antirracista definidos na LDB e atenda à competência específica 5 da BNCC, pode ser utilizada pelo professor de História como conteúdo transversal fomentador do respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos.

4 CONCLUSÃO

Com o riquíssimo conteúdo da história das rainhas africanas, certamente o professor, reconhecendo e combatendo as condutas racistas em sala de aula, promove uma educação pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, bem como em pleno respeito aos Direitos Humanos.

Fica claro que o papel do professor não é apenas proporcionar a construção do conhecimento ao aluno, mas também, e principalmente, a formação para a cidadania. Dessa forma, trazer para a sala de aula narrativas de mulheres negras que tiveram um papel de protagonismo na História é certamente um conteúdo idôneo para ministrar de forma interdisciplinar e transversal, bem como fomentar o respeito às diferenças (culturais, religiosas, étnico-raciais etc.), à cidadania e aos Direitos Humanos. Ou, em outras palavras, de dar efetividade à competência específica 5 da BNCC. Neste sentido, o professor pode criar um ambiente em sala de aula acolhedor e exibir de forma plural e não hierárquica a diversidade racial.

Por fim, acho que as crianças e adolescentes de hoje são bombardeadas

constantemente com tantos conteúdos racistas, nas redes sociais principalmente, que talvez o debate em sala de aula seja justamente o contraponto necessário para virarmos o jogo na Sociedade que se mostra ainda racista na forma estrutural.

REFERÊNCIAS

A SAGA ... **A Saga dos Judeus Etíopes**. Correio Braziliense: Acervo. Postado em: 07.12.2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2019/12/07/internas_opiniaio,812261/a-saga-dos-judeus-etiofes.shtml. Acesso em: 21 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85121-bncc-ensino-medio/file>. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_003.pdf?query=etnico%20racial. Acesso em: 09 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012: Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 15 mai. 2024.

FONSECA, Mariana Bracks. **Poderosas Rainhas Africanas**. 1. ed. Belo Horizonte: Ancestre, 2021. v. 1. 180p.

FRAZÃO, Dilva. **Rainha de Sabá: soberana do reino de Sabá**. eBiografia. Publi. Em: 05.01.2024. Disponível em: https://www.ebiografia.com/rainha_de_saba/. Acesso em: 21 mar. 2024.

LIMA, Anna Paula Bahia Pessanha; LIMA, Rogerio Mendes de. Princesas pretas existem sim! Considerações sobre a leitura de literatura afro-brasileira em sala de aula e a construção da identidade étnico-racial de crianças negras. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 8, p. e20238986-e20238986, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/view/8986. Acesso em: 09 set. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília-DF. Out. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 16 jul. 2024.

WIKIPEDIA. Reino de Sabá. **Wikipedia: a enciclopédia livre**. jul. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Reino_de_Sab%C3%A1. Acesso em: 09 set. 2024.